

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – FEVEREIRO 2022

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	3
ISS	4
LEGISLAÇÃO	4
JURISPRUDÊNCIA	4
IPI	5
LEGISLAÇÃO	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	7
JURISPRUDÊNCIA	7
DIVERSOS	9
JURISPRUDÊNCIA	9

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE CARGAS – ISENÇÃO – ADESÃO DO ESTADO DO CEARÁ ÀS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS Nº 04/2004
 - **Convênio ICMS nº 11, de 17 de fevereiro de 2022 (DOU 18.02.22)**

2. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM AUTOPEÇAS - DENÚNCIA, PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, DOS PROTOCOLOS ICMS Nº 27/2016 E Nº 54/2021.
 - **Despacho nº 06, de 02 de fevereiro de 2022 (DOU 03.02.22)**

3. PORTAL NACIONAL DO DIFAL - OPERACIONALIZAÇÃO – DISPOSIÇÕES
 - **Ato COTEPE/ICMS nº 14, de 23 de fevereiro de 2022 (DOU 25.02.22)**

4. NF-E – EVENTO ATOR INTERESSADO NA NF-E – TRANSPORTADOR RESPONSÁVEL PELA MOVIMENTAÇÃO DA CARGA - NOVOS PRAZOS DE HOMOLOGAÇÃO E PRODUÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2020.007 Versão 1.21**

5. MDF-E - AJUSTES NO LEIAUTE DO MODAL RODOVIÁRIO E DO EVENTO DE PAGAMENTO DA OPERAÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2022.001 Versão 1.00**

6. AC, ES, GO, RS E SC - BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO - RELAÇÃO DE ATOS E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA – REGISTRO DE DEPÓSITO – AUTORIZAÇÃO
 - **Resolução CONFAZ/ME nº 25, de 18 de fevereiro de 2022 (DOU de 25.02.22)**

7. MG – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – CONSUMIDOR FINAL NÃO-CONTRIBUINTE – EXIGÊNCIA DO RECOLHIMENTO A PARTIR DE 05.04.2022
 - **Comunicado SUTRI nº 01, de 08 de fevereiro de 2022 (DOE-MG 09.02.22)**

8. MS – PROGRAMA MS-EMPREENDEDOR – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 10.604/2001 (REGULAMENTO)
 - **Decreto nº 15.877, de 22 de fevereiro de 2022 (DOE-MS 23.02.22)**

9. MT - CT-E - DACTE, TSE, CONTINGÊNCIA, EMISSÃO, OBRIGATORIEDADE, PRAZOS, CANCELAMENTO, DENTRE OUTROS - PROCEDIMENTOS - ALTERAÇÃO
 - **Portaria SEFAZ nº 21, de 02 de fevereiro de 2022 (DOE-MT 07.02.22)**

10. RS - OPERAÇÃO COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – PROCEDIMENTOS FISCAIS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS

- **Decreto nº 56.384, de 17 de fevereiro de 2022 (DOE-RS 17.02.22)**

11. RS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM BICILETAS E OUTROS CICLOS ELÉTRICOS – LISTA DE PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS

- **Decreto nº 56.397, de 24 de fevereiro de 2022 (DOE-RS 25.02.22)**

12. SP - ICMS - DIFERIMENTO - INSUMOS AGROPECUÁRIOS - SUSPENSÃO ENQUANTO VIGENTE A REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DE QUE TRATA O ART. 77 DO ANEXO II DO RICMS/SP

- **Decreto nº 66.949, de 09 de fevereiro de 2022 (DOE-SP 10.02.22)**

JURISPRUDÊNCIA

13. SÃO PAULO – DIFAL – EXIGÊNCIA APENAS A PARTIR DE 2023

- **Precedente da Justiça Estadual de São Paulo**

14. ESPÍRITO SANTO – POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE DIFAL JÁ EM 2022

- **Precedente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. TABELA DE CÓDIGOS DE SERVIÇO, BASE DE CÁLCULO, APURAÇÃO E DOCUMENTOS FISCAIS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ANEXO 1 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM Nº 08/2011
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 03, de 18 de fevereiro de 2022 (DOM-SP 19.02.22)**

JURISPRUDÊNCIA

2. SÃO PAULO – SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS – LEI Nº 17.710/21 – MAJORAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Estadual de São Paulo**

IPI

LEGISLAÇÃO

1. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS – PRODUTOS DIVERSOS - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA TABELA DE INCIDÊNCIA DO IPI/2016
 - **Decreto nº 10.979, de 25 de fevereiro de 2022 (DOU 25.02.22)**

JURISPRUDÊNCIA

2. CRÉDITOS DA AQUISIÇÃO DE INSUMOS TRIBUTADOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO NA SAÍDA DE PRODUTOS ISENTOS, SUJEITOS À ALÍQUOTA ZERO E NÃO TRIBUTADOS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

JURISPRUDÊNCIA

1. MULTA ISOLADA PELA FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS – CONCOMITÂNCIA COM A MULTA DE OFÍCIO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

2. CONSTITUIÇÃO DE SCP – NÃO COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – DESCONSIDERAÇÃO DA OPERAÇÃO – TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS NO LUCRO DA SÓCIA OSTENSIVA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. LUCRO PRESUMIDO – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. JCP – DEDUÇÃO EM ANOS POSTERIORES – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. JCP – CÁLCULO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DECORRENTE DE “INCORPORAÇÃO HORIZONTAL” – DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. *SOFTWARE* DESENVOLVIDO NO EXTERIOR – LICENCIAMENTO A UMA SOCIEDADE BRASILEIRA QUE, POSTERIORMENTE, O COMERCIALIZA, SUBLICENCIA OU CEDE – CONFIGURAÇÃO DE IMPORTAÇÃO – INCIDÊNCIA DO REGIME NÃO CUMULATIVO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

2. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE OS JUROS CALCULADOS COM BASE NA TAXA SELIC NA REPETIÇÃO DO INDÉBITO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

3. AQUISIÇÃO DE DESPERDÍCIOS, APARAS DE PAPEL, CARTÃO, VIDRO, FERRO, AÇO COBRE OU NÍQUEL – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Piracicaba**

4. DESPESAS COM FRETES NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS TRIBUTADOS COM ALÍQUOTA ZERO OU SUSPENSÃO – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE INSUMOS E DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS E/OU PARA ARMAZÉM GERAL – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO CONFIGURAÇÃO DE RECEITA BRUTA – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. FRETES NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS – CARACTERIZAÇÃO DE “SERVIÇO-INSUMO” – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. NÃO-CUMULATIVIDADE - ALUGUEL DE EMPILHADEIRAS – MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS ACABADOS – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. NÃO-CUMULATIVIDADE – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES NA OPERAÇÃO DE VENDA – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO COMO FRETE NA OPERAÇÃO DE VENDA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. NÃO-CUMULATIVIDADE – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE CRÉDITOS – POSSIBILIDADE, SE OPOSIÇÃO ILEGÍTIMA DO FISCO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

DIVERSOS

JURISPRUDÊNCIA

1. COMPENSAÇÃO – INTERRUPTÃO PELA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO FISCAL – DETERMINAÇÃO DE FINALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO EM 30 DIAS
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

2. IPTU – IMÓVEIS FINANCIADOS – RESPONSABILIZAÇÃO DA INCORPORADORA E DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

3. FGTS – CONTRIBUIÇÃO DE 10% SOBRE O SALDO NA DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

4. AFAC – DEMORA NA CAPITALIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO AO SÓCIO – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO MÚTUO A EXIGIR IOF
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BOLSA DE ESTUDOS – NÃO DISPONIBILIZAÇÃO A TODOS OS EMPREGADOS E DIRIGENTES – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. PROCESSO ADMINISTRATIVO – APRESENTAÇÃO DE PROVAS APÓS A IMPUGNAÇÃO – ANÁLISE APENAS NO CASO DE COMPROVAÇÃO INCONTESTE QUE NÃO DEPENDA DE ANÁLISE DA INSTÂNCIA INFERIOR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. ITR – ÁREA DE INTERESSE ECOLÓGICO – NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO EM CARÁTER ESPECÍFICO, PELO ÓRGÃO COMPETENTE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 4.382/02
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO – INÉRCIA DA AUTORIDADE POR PRAZO SUPERIOR A 60 DIAS – RECUPERAÇÃO DA ESPONTANEIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – CELEBRAÇÃO DE ACORDO APÓS O INÍCIO DO PERÍODO DE APURAÇÃO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PAGAMENTO A ADMINISTRADORES CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. RESTITUIÇÃO/RESSARCIMENTO – GLOSA DE CRÉDITOS – INAPLICABILIDADE DO PRAZO DECADENCIAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. COMPENSAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA ORIGEM DO CRÉDITO DE PAGAMENTO INDEVIDO PARA SALDO NEGATIVO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE AFASTAM O EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

14. ITBI – ADOÇÃO DO VALOR DE MERCADO COMO BASE DE CÁLCULO – NECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA DESCONSIDERAR O VALOR APONTADO PELO CONTRIBUINTE – ADOÇÃO DE VALOR DE REFERÊNCIA PREVIAMENTE FIXADO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

15. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – INCIDÊNCIA SOBRE AS PARCELAS RELATIVAS AO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, HORAS EXTRAS, AUXÍLIO-DOENÇA, SALÁRIO-MATERNIDADE E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE AS PARCELAS RELATIVAS AO AUXÍLIO-ACIDENTE E AVISO PRÉVIO INDENIZADO
 - **Solução de Consulta nº 5004, de 10 de fevereiro de 2022 (DOU 16.02.22)**

16. FORNECIMENTO DE LISTA NOMINAL DE EMPREGADOS DE EMPRESA A ÓRGÃOS PÚBLICOS– IMPOSSIBILIDADE EM RAZÃO DE SIGILO FISCAL SE HOVER CONTEÚDO ECONÔMICO-FINANCEIRO – POSSIBILIDADE DE INFORMAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO POR SE TRATAR DE DADO CADASTRAL
 - **Solução de Consulta Interna COSIT nº 1, de 04 de fevereiro de 2022 (Boletim de Serviço da RFB de 18.02.22)**